

UMA RELEITURA DAS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS DE MULHERES RURAIS ATRAVÉS DA TEORIA DA RECIPROCIDADE

Karolyna Marin HERRERA¹

Rene BIROCHI²

RESUMO: Abordagens contemporâneas da teoria da reciprocidade, ao resgatarem e revitalizarem noções fundamentais da sociologia econômica, contribuem em torno da proposta de Karl Polanyi, para uma releitura das organizações produtivas organizadas por mulheres rurais. Os pressupostos das estruturas de reciprocidade baseados na ação econômica socialmente “enraizada” (*embedded*) permitem evidenciar os aspectos sociais e de sociabilidade de organizações produtivas criadas com objetivos de viabilizar economicamente atividades produtivas de mulheres rurais. Analisamos neste artigo um estudo sobre as organizações produtivas de mulheres rurais realizado com assentadas de cinco diferentes regiões do Brasil e verificamos que apesar destas organizações terem como finalidade as atividades mercantis, as integrantes das organizações produtivas quando questionadas sobre suas atuações nestas entidades, mencionam a importância social de suas participações. Este artigo pretende aportar duas contribuições. A primeira refere-se à reflexão sobre os aspectos de igualdade de gênero nas organizações produtivas rurais; e, a segunda, diz respeito aos aspectos sociais das atividades produtivas, que se contrapõem as análises de cunho eminentemente mercantis. Estas contribuições se inserem no campo de estudos críticos da administração pública resultante do diálogo entre as ciências políticas e a gestão de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia econômica. Reciprocidade. Organizações produtivas. Mulheres rurais.

Introdução

“Sozinha nós não somos nada”

Assentada entrevista por Bruno et al. (2011).

Neste artigo, apresentaremos uma releitura das organizações produtivas de mulheres rurais por meio do referencial analítico da teoria da reciprocidade, inaugurado por Polanyi (2000) inserido no marco teórico da sociologia econômica. O objetivo deste estudo é compreender, através do potencial de análise desta teoria, o enraizamento social (*embeddedness*) presente nas organizações produtivas. Nossa hipótese é a de que os aportes da teoria da reciprocidade contribuem para realçar os valores humanos (POLANYI, 2000; SABOURIN, 2011), que se manifestam em ambientes que, apesar de terem sido criados para

¹ Mestranda em Sociologia Política. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC- Brasil. 88040-900 - karolynaherrera@yahoo.com.br

² UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico - Departamento de Ciências de Administração. Florianópolis - SC - Brasil. 88040-900 - rene.birochi@ufsc.br

facilitar a relação econômica, apontam para aspectos cujas evidências são de cunho social. Esta proposta vai de encontro à tendência economicista de naturalizar a economia, isto é, de conceber os arranjos econômicos como naturais e necessários. Para isto, realizamos uma revisão bibliográfica baseada na literatura da sociologia econômica, em trabalhos que abordam a teoria da reciprocidade na contemporaneidade e em pesquisas que tem como objeto de estudos as organizações produtivas de mulheres rurais.

A motivação para este estudo parte da crítica a abordagens que procuram evidenciar as iniciativas produtivas das mulheres no meio rural como sendo quase exclusivamente a única perspectiva de reconhecimento do papel destas mulheres. Tais abordagens, no geral, procuram evidenciar a participação de mulheres em atividades produtivas sem questionar o marco analítico subjacente, oriundo da teoria econômica vigente.

Sabemos que a agricultura familiar³ é regida por uma rígida divisão sexual do trabalho, situação na qual as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres são distintos e marcados por uma hierarquia assimétrica. Também reconhecemos a importância central em dar visibilidade ao papel das mulheres como protagonistas que desempenham atividades produtivas. No entanto, discordamos das abordagens que evidenciam apenas o aspecto mercantil das relações econômicas nas organizações produtivas, sem dar ênfase aos aspectos sociais e simbólicos que perpassam a participação das mulheres nessas atividades.

Nossas análises pretendem contribuir para o campo de estudos da administração pública na sua convergência com as políticas públicas, considerado como um campo multidisciplinar, no qual dialogam e contribuem para a sua formação a ciência política, a administração, a economia e a sociologia, entre outros. Consideramos, adicionalmente, que a superação de tensões históricas que demarcaram o campo da administração pública, regido por abordagens gerencialistas e funcionalistas hegemônicas⁴, é enriquecida pelo diálogo crítico entre as ciências políticas e a gestão de políticas públicas e sociais.

³ No debate acadêmico existem, pelo menos, duas grandes vertentes sobre o conceito de agricultura familiar: (i) uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada dentro das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que; (ii) defende ser a agricultura familiar um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. Neste artigo consideramos a agricultura familiar dentro desta segunda vertente na medida em que o agricultor familiar mesmo que inserido no mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.” (WANDERLEY, 1999, p.52).

⁴ Tais abordagens fazem parte constitutiva da formação histórica dos cursos e currículos de administração pública, influenciados predominantemente pela escola norte-americana, que no Brasil foi representada por seu maior expoente, nas atividades de ensino e pesquisa: a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas (FARAH, 2011).

Em relação às políticas públicas afirmativas, tais como o PRONAF Mulher, ou às políticas públicas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, consideramos a relevância dessas políticas e os avanços históricos decorrentes de suas implementações. Pois, é notória a melhoria das condições socioeconômicas das mulheres, principalmente compreendidas pela ampliação da renda das famílias, que propiciou o aumento do consumo e acesso a novos bens materiais. Porém, também consideramos a sua insuficiência, pois o empoderamento das mulheres ainda é restrito à sua dimensão econômica, assim como está vinculado a estruturas sociais masculinas e pretensamente emancipatórias⁵. Em relação ao Programa Bolsa Família, a expansão das capacidades das mulheres sobre as suas próprias vidas veem atreladas a “uma rede de obrigações, as quais reforçam o papel da mulher na sociedade”, como “cuidadora” de seus filhos e da casa (MARIANO; CARLOTO, 2009).

A problemática da mulher rural e as organizações produtivas de mulheres rurais

De acordo com a literatura especializada, a agricultura de base familiar encontra-se fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho que aponta, em função de suas raízes históricas, diferenciações assimétricas consolidadas entre homens e mulheres (PAULILO, 1987, 2004; PAULILO; SILVA, 2007; BRUMER; DOS ANJOS, 2008; CARNEIRO, 1994). Tal desigualdade reserva aos homens o reconhecimento público do trabalho produtivo, permanecendo obscurecido e oculto o trabalho das mulheres, que se circunscreve quase que exclusivamente nos domínios privados.

A jornada cotidiana da mulher no meio rural em geral é subestimada, uma vez que muitas das atividades exercidas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho (FARIA, 2009). Neste sentido, pode-se considerar o trabalho da mulher como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, que, apesar disto, ultrapassa em muito as práticas estritamente vinculadas ao âmbito privado, tais como o trabalho doméstico e de cuidado (*care*). No meio rural, as mulheres não somente realizam atividades de cunho doméstico, como também realizam atividades produtivas, como o plantio e a colheita da produção para o autoconsumo da família; a ordenha de vacas; a produção de queijo e pão; práticas orientadas para a pequena escala de comercialização de produtos agrícolas; dentre outras.

⁵ Veja, como exemplo, a questão da titularidade da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o documento de acesso aos recursos financeiros do PRONAF. Apesar de o formulário ter sofrido alterações ao longo dos últimos anos, em resposta às solicitações de movimentos sociais de mulheres, ainda permanecem “inúmeras menções ao fato “do titular” da DAP ser o homem” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p.24).

Mesmo quando desempenha atividades voltadas para o fim produtivo da agricultura, designadas geralmente como “masculinas”, a mulher é vista como uma “ajudante” e normalmente recebe, como contrapartida, baixa remuneração por seu trabalho ou mesmo nenhuma remuneração. As atividades agrícolas exercidas pelas mulheres são vistas como uma extensão intrínseca às suas atribuições de mãe e esposa (BRUMER, 2004).

Uma das justificativas para classificá-las como “ajudantes” está relacionada com o tipo de trabalho executado na atividade rural, descrito como trabalho “pesado” ou “leve” (PAULILO, 1987). Tal diferenciação é bastante imprecisa e possui marcantes traços culturais, uma vez que o que é considerado trabalho “leve” ou “pesado” depende da perspectiva social analisada, haja vista que na esfera de suas atividades, a mulher também executa trabalhos entendidos como pesados, tais como a colheita de produtos agrícolas, os cuidados com os filhos e o carregamento de água, que muitas vezes, encontra-se distante do domicílio.

A dificuldade em caracterizar o trabalho da mulher rural como produtivo traz ainda outras implicações. Os efeitos diretamente percebidos estão relacionados com a dificuldade de participação das mulheres na comercialização de produtos (participação em feiras, exposições ou mesmo no processo de negociação da comercialização direta), uma vez que o espaço público é reconhecido como um espaço predominantemente masculino. Por sua vez, as implicações indiretas relacionam-se ao fato de as mulheres não serem caracterizadas como agricultoras- pela falta de reconhecimento de seu papel no trabalho produtivo- e, como consequência, são historicamente e sistematicamente excluídas do acesso à terra, em função de aspectos culturais que reserva tal privilégio ao filho homem, beneficiado pela herança da família (CARNEIRO, 2001).

Com o intuito de tentar diminuir a situação de opressão e desigualdade em que se encontram, diversas evidências revelam⁶, que as mulheres no meio rural, ao longo das últimas décadas, têm protagonizado formas coletivas de organização da produção agrícola. Estas práticas partem da reivindicação pela igualdade de oportunidades de produção e comercialização, assim como, pela busca por acesso aos recursos naturais e à terra.

Segundo Mourão (2011), evidências empíricas revelam que grupos organizados de produção conseguem melhores oportunidades de participação no mercado agrícola, uma vez que grupos de organizações produtivas coletivas podem conseguir uma redução nos custos de transação de acesso a insumos e ter maior poder de negociação na comercialização dos produtos.

⁶ Diversos exemplos podem ser encontrados no levantamento realizado por Bruno et al. (2011).

As análises realizadas por Bruno et al. (2011) revelam que as iniciativas de organizações produtivas de mulheres geralmente ocorrem com o objetivo de potencializar práticas que normalmente já eram realizadas por elas em seus cotidianos. Tais práticas estão relacionadas com a produção e comercialização oriundas da pequena produção, que se circunscrevem quase sempre nos quintais e arredores das casas; e das práticas de artesanato. Segundo Siliprandi e Cintrão (2011), a escolha da realização destes tipos de práticas produtivas está relacionada com o exercício de atividades que podem ser realizadas nos intervalos de outras obrigações e que não exigem, pelo menos de imediato, investimentos financeiros ou mesmo a aquisição de novos conhecimentos.

Contudo, apesar da existência de iniciativas de organizações produtivas de mulheres rurais, Siliprandi e Cintrão (2011) revelam que essas práticas são, em sua maioria, informais e esporádicas⁷, o que agrava a dificuldade de obtenção de financiamento e de acesso ao crédito. Outro problema relacionado a este fato refere-se ao engajamento das participantes. O envolvimento das mulheres ocorre, na maioria das vezes, pela motivação de obtenção de renda pela comercialização dos produtos, o que conduz à participação voluntária e eventual na organização produtiva, colocando em risco a sua continuidade.

A comercialização dos produtos, geralmente é realizada através da venda direta ao consumidor em mercados locais. A possibilidade de comercialização de seus produtos para outros mercados, que poderia garantir a obtenção de maiores ganhos econômicos, está condicionada, muitas vezes, ao apoio de entidades não governamentais, de movimentos sociais ou de entidades de assessoria técnica (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011). Neste sentido, o caráter informal dessas organizações, acrescido pelas dificuldades de financiamento e escoamento da produção, e pelo precário engajamento das participantes, colocam em risco a continuidade dessas organizações produtivas.

Sensível a essa problemática, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), instituiu em 2008 o Programa de Organizações Produtivas de Mulheres Rurais (POPMR), com o intuito de auxiliar iniciativas de organização produtivas de mulheres. Este programa visa justamente fortalecer a organização da produção e da comercialização das atividades econômicas das trabalhadoras rurais, “[...] incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização.” (BUTTO; DANTAS, 2011, p.24).

⁷ Geralmente são organizadas em períodos sazonais de safra e entre safra.

O objetivo do programa é o de viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, procurando garantir e ampliar o acesso das mulheres rurais ao fomento produtivo, ao crédito, à assistência técnica, aos programas de compras de produtos agrícolas do governo e à promoção comercial de seus produtos. Através destes incentivos, o programa pretende, adicionalmente, promover a autonomia econômica das mulheres por meio da valorização do trabalho da mulher rural como agricultora, destacando a sua contribuição em relação ao aspecto produtivo da agricultura.

Esta iniciativa insere-se no contexto da promoção da igualdade de gênero no meio rural, por meio da criação de políticas públicas afirmativas, uma vez que, historicamente, as políticas públicas no meio rural têm beneficiado exclusivamente os homens. Os tradicionais programas de desenvolvimento rural pré-existentes concentravam-se em atender os proprietários rurais, que são homens, em sua quase e aterradora totalidade. Esta prática contribuía para naturalizar, sobremaneira, a situação de invisibilidade da mulher no meio rural.

Este processo de inclusão produtiva das mulheres no meio rural carrega, adicionalmente, outros significados que ultrapassam a sua dimensão estritamente mercantil. Pois, para além da promoção de valores materiais para fins econômicos, essas organizações produtivas resgatam o debate sobre os valores éticos e sociais, constituídos intrinsecamente por meio de “estruturas de reciprocidade”, a serem expostas a seguir.

A teoria da reciprocidade

A teoria da reciprocidade que trataremos neste artigo se enquadra dentro do marco analítico da sociologia econômica, definida por Swedberg (2004, p.7) “[...] como a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos.”

A análise dos aspectos sociais da economia foi inaugurada por Weber (2004) e Durkheim (2002) no início do século XX. Estes autores foram os primeiros a evidenciar os pressupostos teóricos e metodológicos de uma ciência social, neste caso a economia, que se reivindica independente dos aspectos sociais (RAUD-MATTEDI, 2005). Ao refletirem sobre os aspectos sociais das atividades mercantis, tanto Weber quanto Durkheim criticavam o enfoque utilitarista da economia, baseada na figura do *homo economicus*. Para estes autores, o ator econômico, apesar de se caracterizar por suas relações e interesses mercantis, é influenciado, essencialmente, por aspectos relativos à tradição, ao direito e à moral, que se

constituem como componentes sociais, ao invés de se circunscreverem estritamente ao nível dos interesses individuais (RAUD-MATTEDI, 2005). Portanto, para Weber e Durkheim, os fenômenos econômicos são definidos por sua natureza social, ou seja, os aspectos econômicos estão enraizados na estrutura social que os constitui (SWEDBERG, 2004).

Na década de 1940, Polanyi também polemizou com a universalidade do *homo economicus*, criticando o pressuposto neoclássico baseado no indivíduo racional maximizador de lucros. Este autor contribuiu significativamente para esse debate ao identificar outras formas de alocação de recursos, diferentes daquelas que explicam a ação econômica individual baseada na troca mercantil. Estas formas de alocação de recursos estão associadas às práticas de reciprocidade e de redistribuição (SABOURIN, 2011).

Contudo, apesar dos esforços pioneiros de Weber, Durkheim e Polanyi na discussão sobre os aspectos sociais da economia, o debate em torno da sociologia econômica ficou adormecido durante algumas décadas, principalmente devido à divisão do campo de estudos entre a economia e a sociologia, proposta pela Sociedade Americana de Sociologia, em 1905. Este marco destinou para a economia os estudos das questões referentes à formação do mercado, tais como a determinação de preços e os estudos sobre a oferta e a demanda; e para a sociologia os estudos relativos às questões de cunho social, tais como os estudos da família, da pobreza, da religião, entre outros (MAZON, 2010).

Foi somente na década de 1970, com a revisão desta divisão, que o debate sobre os aspectos sociais da economia foi reavivado. Granovetter (2003), influenciado diretamente pelo debate levantado por Weber, Durkheim e Polanyi, retoma a crítica à teoria da escolha racional⁸ proposta pela economia neoclássica. Conhecido como o fundador do que se convencionou chamar de Nova Sociologia Econômica (NSE), Granovetter se dedicou a analisar as “[...] formas de inserção social das ações econômicas e a influência destas relações sociais nos resultados econômicos.” (RAUD, 2005).

Desde então, com a retomada da NSE, um número crescente de pesquisadores dedica-se à análise dos fatos econômicos em busca de referenciais teóricos e explicações alternativas à economia neoclássica (MAZON, 2010). Emergem destes novos estudos, abordagens alternativas de análise da economia, tais como a economia solidária, a economia feminista e o debate em torno da reciprocidade, objeto de estudo deste artigo.

⁸ Segundo esta teoria, uma das principais vertentes da teoria microeconômica, os agentes / indivíduos visam racionalmente maximizar a sua utilidade ou benefício em contrapartida da redução dos custos ou riscos inerentes a uma transação.

Da dádiva à reciprocidade

A teoria da reciprocidade é baseada na teoria da dádiva de Marcel Mauss (2003). Originada a partir dos estudos das modalidades de troca nas sociedades arcaicas, a dádiva é definida como sendo o movimento de dar, receber e retribuir atrelado a uma relação social. A dádiva, neste sentido, é o oposto da troca, uma vez que está associada a uma moral e a um valor ético.

Para Mauss (2003), a dádiva não se restringe às ações partilhadas isoladamente entre os indivíduos, mas estendem-se às coletividades, mediante grupos familiares, comunitários ou líderes grupais. Ocorre nas ações recíprocas entre os membros das coletividades, uma mescla de riqueza material e espiritual, uma vez que nesta ação, um atributo da “alma do doador” é passado àquele que a recebe, caracterizando-se, desta forma, a contrapartida do ato de dar, materializada pela obrigação de receber e pelo ato de retribuir (SABOURIN, 2008).

Apesar de caracterizar a dádiva como o oposto da troca mercantil, Mauss não trata do tema especificada reciprocidade. Tarefa esta que foi realizada inicialmente na antropologia por Lévi-Strauss e na sociologia por Simmel e Polanyi.

Recentemente, as contribuições de Mauss têm sido retomadas por membros do Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais (MAUSS). Este movimento, protagonizado por autores como Caillé (1998) e Goudbout (1998), pretende inaugurar uma reflexão crítica sobre a naturalização da troca na sociedade contemporânea, por meio da releitura dos trabalhos de Mauss (SABOURIN, 2008). Conforme destaca Goudbout (1998, p.44), a dádiva pode ser entendida na contemporaneidade como “[...] tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física [...] é o que circula em prol do ou em nome do laço social.” Ainda segundo o mesmo autor, retomar Mauss para entender a sociedade contemporânea, permite evidenciar que o valor econômico das coisas não pode ser superior ao valor da relação social, e que o simbolismo é fundamental na vida social.

Sabourin (2011) chama a atenção para o fato de que as abordagens contemporâneas com respeito à dádiva deixam de lado a noção de reciprocidade. Segundo ele, uma das possibilidades de explicação de tal acontecimento recai, provavelmente, sobre as abordagens empreendidas pelas correntes críticas anti utilitaristas, que operacionalizam a noção de dádiva como um princípio que se contrapõe ao conceito de troca. Porém, a noção da dádiva por si só não é suficientemente esclarecedora, pois está apoiada, sobretudo, na dimensão positiva da

reciprocidade, deixando de lado outros dois aspectos centrais atrelados a este conceito: o negativo e o simétrico. Ainda segundo Sabourin (2011), a análise dos múltiplos aspectos da reciprocidade é de suma importância para o entendimento das relações de reciprocidade contemporâneas, justamente para evitar a usual aceção da dádiva como uma ação altruísta. A análise dos aspectos múltiplos da reciprocidade foi retomada recentemente por autores que se dedicam a investigar a teoria da reciprocidade, assunto que trataremos mais adiante.

Polanyi (2000) foi o primeiro autor a definir a reciprocidade como uma categoria econômica específica diferente da troca mercantil. No clássico *A Grande Transformação*, escrito em 1944, Polanyi resgata as dinâmicas dos sistemas econômicos nas sociedades pré-capitalistas para explicar as motivações do homem enquanto ser social (VINHA, 2001).

Com isto identifica três formas de ações econômicas :i) reciprocidade: movimentos de bens e serviços trocados segundo prazos e normas sociais e realizados por um padrão simétrico de organização; ii) redistribuição: centralização dos recursos para redistribuição aos membros de um grupo, permitindo, desta forma, a criação de um centro de poder que desempenhe este papel; iii) intercambio mercantil: diferentes unidades integradas pelo funcionamento de uma instituição (mercado) separada de outras relações sociais, tais como políticas, religiosas, de parentesco, etc. (POLANYI, 2000).

Neste sentido, o que leva uma sociedade a optar pela redistribuição ou reciprocidade depende de códigos morais, uma vez que o princípio da redistribuição pressupõe uma hierarquia e obediência a parâmetros definidos pelo centro do poder responsável por essa ação (SABOURIN, 2011).

Da mesma forma como Polanyi estabelecia diferenças entre a reciprocidade e a redistribuição em relação à troca mercantil, esse mesmo autor também estabelecia diferenças entre o comércio e o mercado. Pare ele, o mercado, ou seja, o mecanismo da oferta e da procura regulado pelo preço, não constitui um fenômeno universal e nem corresponde a um estágio de desenvolvimento da sociedade (POLANYI, 1983 apud SABOURIN, 2011). Polanyi destaca que a partir de estudos antropológicos foi possível identificar que os mercados em organizações primitivas funcionavam à base de um conjunto de obrigações recíprocas que determinavam o comportamento individual.

Com isto, o autor procura evidenciar que a troca mercantil nunca foi uma variável determinante da vida social, mas, pelo contrário, foi a necessidade de se manter em sociedade que conduziu os indivíduos a se organizarem economicamente (VINHA, 2001). Sendo assim, o indivíduo, historicamente, não age em prol de seu interesse pessoal, mas, pelo contrário, sua

ação está relacionada à salvaguarda de sua situação social, de suas exigências sociais e de seu patrimônio social; ou seja, “a economia do homem, está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p.65).

Os valores humanos nas relações sociais são, portanto, representados pelos códigos morais e éticos, que, segundo Polanyi, são dados *a priori* e enraizados (*embedded*) nas estruturas e nas representações sociais, tal como ocorre com a religião e com a cultura. Em síntese, na concepção de Polanyi, com o advento do capitalismo, as tradições representadas pelos valores humanos, muitas vezes, desaparecem, ou seja, as estruturas sociais deixam de exercer a sua influência; e, por sua vez, as reciprocidades nas relações econômicas deixam de existir, permitindo a generalização do intercâmbio mercantil, segundo o modelo baseado no mercado autorregulador (SABOURIN, 2011).

Polanyi também considera que as instituições, assim como o mercado, tem o poder de orientar o comportamento dos indivíduos e que, portanto, o comportamento de busca pelo lucro econômico somente se consubstanciano seu imbricamento com o mercado. Neste caso, os indivíduos internalizam os modelos propostos pela instituição e passam a se orientar pela busca racional do lucro.

O que Polanyi evidencia com a sua contribuição histórica é que existem formas alternativas de alocação de recursos, admitindo-se, neste sentido, a existência da pluralidade de mercados (LAVILLE, 2004), em particular por meio de sua inserção nas relações sociais, ou seja, através de seu enraizamento social (*embeddedness*).

Neste debate, Granovetter (2003) contribui com a identificação de formas de inserção social por meio das ações econômicas, assim como pelo reconhecimento da influência das relações sociais nos resultados econômicos. No entanto, o autor considera que a visão de Polanyi sobre o *embeddedness* é limitada, uma vez que a sua abordagem é suficiente somente para explicar as motivações não econômicas relativas ao enraizamento social e; nas análises que consideram a ausência de competitividade nos sistemas econômicos diferentes da troca. Da mesma forma, Granovetter considera a teoria de Polanyi inadequada para o entendimento de sociedades capitalistas, uma vez que não reconhece que no sistema de mercado as características de enraizamento social estão presentes, embora não sejam predominantes (VINHA, 2001).

Desta forma, podemos concluir que Granovetter, ao contrário de Polanyi, considera que é possível encontrar nas sociedades capitalistas ações econômicas enraizadas de motivações sociais. Dentro desta perspectiva, a reciprocidade e o mercado são partes

integrantes das sociedades capitalistas, nas quais é possível localizar estruturas de reciprocidade evidenciadas nas práticas de troca mercantil.

Por este motivo, e não menos, Granovetter é visto como um dos representantes do enfoque estrutural do mercado, pois considera o mercado como um lugar constituído por redes interpessoais (RAUD, 2005). Neste sentido, a ação econômica é uma forma de ação social que vai além dos objetivos econômicos de seus atores. A ação econômica contém objetivos sociais, de sociabilidade, de reconhecimento e de poder, e está socialmente situada e inserida em redes sociais, que não estão reduzidas a indivíduos atomizados.

A teoria da reciprocidade na contemporaneidade

Abordagens contemporâneas da teoria da reciprocidade consideram-na como uma ação econômica inserida dentro das práticas de mercado, o que possibilita tratá-la no contexto das ações econômicas nas sociedades capitalistas.

O pressuposto do enraizamento social contribui para entender as estruturas de grupos de organizações produtivas (entendida também como uma rede social), na medida em que as relações sociais entre os agentes econômicos participantes dessas organizações estão enraizadas socialmente. Mecanismos de reciprocidade são encontrados dentro destas organizações, o que facilita a emergência de princípios de solidariedade, cooperação, confiança e credibilidade (VINHA, 2001).

No entanto, antes de prosseguir com a análise das Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, faz-se necessário retomar as contribuições de Sabourin (2011) para o debate. Este autor, ao propor uma teoria da reciprocidade para análise de sociedades camponesas, faz convergir autores da sociologia, comentados anteriormente, com correntes da antropologia, cuja principal influência é representada por Dominique Temple.

Conforme já mencionamos, Sabourin alerta para a importância de uma análise da reciprocidade para além de seu “aspecto positivo”, constituída na própria ação da dádiva. Segundo o autor, devemos ter em conta, também, os aspectos negativos e simétricos que a reciprocidade carrega consigo.

Os aspectos negativos da reciprocidade estão relacionados às práticas de reciprocidade por sanções, vinganças ou guerras, como, por exemplo, no caso de mortes entre famílias rivais em nome da honra e nos casos de destruição de plantações em decorrência de um erro cometido ou de guerras entre comunidades, para reparar alguma desavença passada. Sabourin

(2011) cita, que no Brasil, as relações de reciprocidade negativas estão associadas ao clientelismo e a corrupção, situações nas quais a sede de prestígio motiva a relação de reciprocidade, expressa na frase “quanto mais dou, mais sou”.

Por sua vez, os aspectos simétricos da reciprocidade estão relacionados às questões contraditórias de benefício vis-à-vis às de prejuízo; ou as de amizade vis-à-vis às de inimizade, que podem ocorrer em uma relação de reciprocidade. Elas podem ser consideradas simétricas, pois conduzem a uma situação de equilíbrio, na qual as partes chegam a um acordo apesar da contradição existente na relação.

Sabourin (2011) também propõe, por meio da releitura de Temple, uma reflexão crítica sobre o pressuposto naturalizador dos valores humanos nas estruturas sociais, ou, em outras palavras, o pressuposto de que eles são previamente dados. Ao contrário do que assume Polanyi, Temple (1999 apud SABOURIN, 2011, p.43) considera que os valores humanos devem ser constituídos e não dados. Segundo o autor, “esses valores humanos devem ser constituídos, pois [...] são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade e de redistribuição em estruturas não apenas sociais, mas também, econômicas: as estruturas de reciprocidade”. A confiança, por exemplo, não é algo dado *a priori*, pois é construída através de relações econômicas e sociais específicas de reciprocidade, tais como as relações de aliança entre os seus membros, as situações de partilha mútua, mutirões, etc.. A confiança supõe, também, obrigações, as quais, se não respeitadas, podem ser sancionadas.

Para Temple (1997 apud SABOURIN, 2011, p.45), “[...] as estruturas de reciprocidade produzem valores de uso, mas, sobretudo, valores humanos, tais como: a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre as gerações e no uso dos recursos naturais, a equidade e a confiança nos modos de redistribuição.”

As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (1998 apud SABOURIN, 2011, p.49-56), que identifica a produção ou reprodução de certos valores humanos que as sustentam:

Estruturas de reciprocidade bilateral: [...] correspondem às relações de aliança (matrimônio, compadrio, redes interpessoais, etc.) e de amizade, que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos.

Estruturas de reciprocidade ternária: [...] implicam, no mínimo, três partes. A reciprocidade ternária pode ser unilateral: por exemplo, a dádiva entre gerações (relação entre pais e filhos), que produz a responsabilidade. Ela pode ser bilateral como, por exemplo, no caso do compartilhamento de recursos comuns, resultando na afirmação de valores de justiça e de confiança.

Estruturas de reciprocidade centralizada: [...] nas quais as prestações e as decisões são distribuídas por um centro de redistribuição (o chefe, o poder religioso, o patriarca, o rei, o Estado).

Portanto, retomando a nossa proposta inicial orientada para as organizações produtivas de mulheres no meio rural, as capacidades e competências das organizações coletivas de agricultoras podem ser interpretadas a partir de, pelo menos, duas grandes perspectivas. A primeira está associada, sobretudo, à produção de valores materiais de troca; e, a segunda, corresponde a ancoragem/enraizamento dessas relações de troca, em valores éticos, sociais e de solidariedade, que permitem, em certas condições, à reprodução de suas estruturas e valores associados.

Programa de organizações produtivas de mulheres rurais à luz da teoria da reciprocidade

A partir da contribuição teórica da teoria da reciprocidade, pretendemos nesta seção evidenciar as ações socialmente enraizadas identificadas nas estruturas de reciprocidade das organizações produtivas de mulheres rurais. Para realizar este intento, nos basearemos nos resultados da pesquisa empírica realizada por Bruno et al. (2011) com cinco organizações produtivas de mulheres em assentamentos rurais de diferentes regiões do Brasil.

Para esta pesquisa, foram selecionados pelas autoras grupos produtivos presentes nas cidades de Macaé/RJ, Bonito/MS, Ponta de Pedras/PA, Pitimbu/PB e Joaçaba/SC e têm como referência entrevistas realizadas em 2009 com 17 (dezessete) assentadas integrantes dos grupos produtivos de mulheres rurais das regiões anteriormente citadas⁹.

Esta pesquisa teve como objetivo “[...] refletir [...] qual o perfil e as condições de funcionamento dos grupos produtivos de mulheres assentadas e as possibilidades de mudança social e econômica de suas integrantes.” (BRUNO et al., 2011, p.56). Constatou-se que apesar da motivação principal de participação em organizações produtivas ser a busca por melhores condições econômicas, as mulheres, quando perguntadas sobre o motivo que as levaram a participar nestas organizações, apontam para os aspectos de cunho social. Para elas, tão importante quanto melhorar a renda familiar ou ter a possibilidade de obter recursos próprios, a participação no grupo significa, também, estreitar laços de sociabilidade.

Mais além das motivações apontadas por elas, os resultados da pesquisa evidenciam as possibilidades de mudança social, relacionadas ao reconhecimento social do trabalho

⁹ Para maiores informações sobre as organizações produtivas estudadas pela pesquisa, ver Bruno et al. (2011).

produtivo e às práticas de sociabilidade proporcionadas pela participação em grupos produtivos. Estas mudanças estão associadas a quatro aspectos:

i) Renda: a pesquisa demonstrou que os benefícios advindos da comercialização dos produtos não são suficientes para garantir a autonomia das mulheres na condição de produtoras (devido à insuficiência da renda gerada), e tampouco indica alguma igualdade de condições em relação aos homens. Contudo, as entrevistadas reconhecem que a renda gerada, mesmo que pequena, é um símbolo de afirmação e legitimação perante seus maridos, familiares e demais agricultores;

ii) Política: as organizações produtivas surgem como uma possibilidade de ressignificar conflitos de gênero vivenciados pelas mulheres no meio rural. Apesar do reconhecimento de canais instituídos para a participação política em outros espaços sociais, evidenciados pelas autoras, os grupos produtivos são vistos pelas entrevistadas como uma continuidade de sua luta cotidiana. “Para além do aspecto econômico, o grupo se torna um canal possível de interlocução social e política na medida em que as entrevistadas buscam e demandam condições de inserção no mercado como mulheres, como trabalhadoras e como assentadas” (BRUNO et al., 2011, p.80);

iii) Divisão sexual do trabalho: as experiências nas organizações produtivas apontam para um questionamento da situação de desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, na medida em que essas mulheres passam a ter uma atividade reconhecida socialmente na categoria de “trabalho produtivo”;

(iii) Afeto: As mulheres participantes dos grupos produtivos não separam o afeto no espaço familiar (afeto pelo marido, filhos e familiares), do afeto no espaço político. Para elas, estas são dimensões indissociáveis uma vez que “em grande medida definem e redefinem os limites e as fronteiras de sua prática social e de seus questionamentos” (BRUNO et al., 2011).

Ainda, com relação as estruturas elementares de reciprocidade propostas por Temple (1998 apud SABOURIN, 2011, p.49-56), podemos destacar que as organizações produtivas de mulheres rurais apresentam:

i) *Estruturas de reciprocidade bilateral*: evidenciadas por atividades relacionadas às ajudas mútuas; pelas relações de amizade e manutenção dos laços de sociabilidade estabelecidos entre as participantes; pela participação coletiva na esfera política; e pela comercialização de produtos através de cadeias curtas (comercialização no mercado local)¹⁰;

¹⁰ Apesar de estar inserida dentro da lógica da troca mercantil, a comercialização de produtos por cadeias curtas de distribuição permite um contato direto com o consumidor final, uma vez que não existe a figura do atravessador.

ii) *Estruturas de reciprocidade ternária*: evidenciadas por meio de casos de manejo de recursos comuns; e no processo de reconhecimento por parte da população do trabalho realizado dentro das organizações produtivas;

iii) *Estrutura da reciprocidade centralizada*: esta prática corresponde aos trabalhos de gestão e organização realizados pelas líderes das organizações produtivas; e, eventualmente, pelo Estado, que intermedia o processo de comercialização dos produtos através de políticas públicas, tal como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹¹.

Apesar dos benefícios sociais apontados acima, as autoras da pesquisa chamam a atenção para o problema da idealização do potencial transformador das organizações produtivas estudadas. A pesquisa dos grupos produtivos revelou que essas iniciativas ainda contam com uma série de dificuldades e impasses a serem vencidos, tais como a durabilidade da organização, apoio continuado do governo, participação ativa e permanente de mulheres nas organizações, superação da desigualdade de gênero, dentre outros.

Considerações finais

Neste artigo, nos propusemos a analisar as organizações produtivas de mulheres rurais por meio do estado da arte de abordagens que tratam das estruturas de reciprocidade em torno do tema da teoria da reciprocidade. Para isto, realizamos uma revisão teórica baseada na contribuição pioneira de Polanyi em torno do conceito de reciprocidade. Vimos que as abordagens de Polanyi encerram limitações para o entendimento de sociedades capitalistas, assunto que foi tratado por Granovetter, por meio do enfoque estrutural de mercado, e por Sabourin, na discussão sobre os valores humanos constituídos através de estruturas de reciprocidade.

Estas análises nos possibilitaram evidenciar o papel das ações socialmente enraizadas que perpassam as relações econômicas presentes nas organizações produtivas de mulheres rurais, em oposição às propostas que pretendem analisar as organizações produtivas de mulheres rurais pela via do empoderamento socioeconômico, tais como as análises realizadas pelo PNUD (2008); como se o aspecto econômico fosse exclusivo e suficiente para tratar deste tema. Neste caso, as relações mercantis baseadas no *homo economicus*, não se configuram como uma alternativa concreta de transformação. Compartilhamos, assim, da

¹¹ O PAA é um programa de política pública que propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos adquiridos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2003).

visão de que as práticas mercantis não são suficientes para endereçar uma mudança na condição das mulheres trabalhadoras, tendo em vista tratar a complexidade de seus papéis desempenhados no meio rural.

Nesse sentido, conforme aponta Bruno et al. (2011), é fundamental sublinhar que a inserção das mulheres rurais em outros espaços, significa a participação delas na esfera pública, pois o processo de participação qualifica a sua ação política e ressignifica o seu papel, enquanto sujeito no espaço público e privado. Assim, ao colocar as mulheres rurais na esfera pública, os grupos produtivos contribuem para um questionamento da invisibilidade política, social e econômica, em que elas estão imersas.

A REINTERPRETATION ABOUT THE RURAL WOMEN PRODUCTIVITY ORGANIZATIONS THROUGH THE THEORY OF RECIPROCITY

ABSTRACT: Contemporary approaches of the reciprocity theory can contribute to rescue and revitalize the Economic Sociology's fundamentals around the concept of reciprocity proposed by Karl Polanyi, in order to propose an understanding of productive organizations organized by rural women. The assumptions of the reciprocity structures based on the economic action embedded allows to highlight the social aspects and the sociability aspects of productive organizations created for the purposes of economically enable rural women productive activities. We analyze in this article a study of rural women's productive organizations conducted in five different regions of Brazil and we found out that although these organizations have as their purpose the mercantile activities, members of productive organizations when asked about his performances in these entities, mention the importance of participation through social purposes. This article aims to contribute in two directions. The first refers to the reflection on gender equality aspects in rural productive organizations, and the second relates to the production activities social aspects, which opposes the analysis eminently mercantile. These contributions fall within the field of critical studies of public administration resulting dialogue between political science and public policy management.

KEYWORDS: *Economic sociology. Reciprocity. Productive organizations. Rural women.*

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de aquisição de alimentos**. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em: 08 ago. 2013.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, 2004.
- BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v.11, n.12, p.6-17, 2008.

BRUNO, R. et al. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.55-86.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.38, p.05-37, 1998.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.

_____. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.2, p.11-2, 1994.

DURKHEIM, E. **Lições de sociologia**. 10.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **RAP: Revista de Administração Pública**, São Paulo, v.45, n.3, p.813-836, 2011.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p.13-28.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.38, p.39-52, 1998.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta. 2003. p.69-99.

LAVILLE, J. L. Com Mauss e Polanyi: rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, P. H.; NUNES, B. F. (Org.). **A nova ordem social**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p.42-57.

MARIANO, S. A., CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: programa Bolsa Família. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p.901-908, 2009.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Nayf, 2003.

MAZON, M. S. **Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: Estado e mercado em questão**. 2010. 232f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOURAO, P. **Organizações produtivas de mulheres rurais**. Brasília: NEAD, 2011

PAULILO, M. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.229-252, 2004.

_____. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p.64-70, 1987.

PAULILO, M.; SILVA, C. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n2, p.240, 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação e as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. **Empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/EmpoderamentoMulheres.aspx>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

RAUD, C. Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura dos mercados em termos de rede e imbricação. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.6, p.59-92, 2005.

RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.20, n.67, p.127-142, 2005.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

_____. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.66, p.131-138, 2008.

SILIPRANDI, E.; CINTRA, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p.153-191.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v.16, n.2, p.7-34, 2004.

VINHA, V. Polanyi e a nova sociologia econômica. **Econômica**, [S.l], v.3, n.2, p.207-230, 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/artigo_valeria_vinha_rev.economica.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2014.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2.ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.21-55.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. 4.ed. São Paulo: UNB, 2004. v.1.